

ATA Nº. 20

REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TÁBUA

19-11-2015

----- Aos dezanove dias do mês de novembro do ano dois mil e quinze, decorreu na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal João Brandão em Tábua, pelas dezasseis horas e trinta minutos, a reunião do Conselho Municipal de Educação de Tábua (CMET). Estiveram presentes: -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal de Tábua, Dr. Alfredo Areia; -----

----- A Vereadora Responsável pela Educação da Câmara Municipal de Tábua, Dra. Ana Paula Neves; -----

-----A representante da DGEsTE, Dra. Susana Augusta Gonçalves Fonseca Henriques; -----

----- O Diretor do Agrupamento de Escolas de Tábua, Dr. Sidónio Costa; -----

-----O representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário Público, Professor Nuno Mendes; -----

-----A representante do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar Pública, Educadora Ana Maria Ribeiro Caldeira Lopes; -----

-----A representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Tábua, Professora Alexandra Cardoso Moura; -----

----- O representante dos Serviços Públicos de Saúde, representado pela Enfermeira Maria José Esteves; -----

----- O representante das Juntas de Freguesia, Dr. José Ângelo Pires Oliveira; -----

Faltaram à presente reunião: -----

----- O representante dos Estabelecimentos de Educação e de Ensino Básico e Secundário Privados, Dr. Joel Vasconcelos; o representante do Centro Distrital de Coimbra – ISS, IP, Serviço Local de Tábua, Dr. Marco Pinto; a representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional, Dra. Fernanda Maria Figueiredo Dias, a representante do Instituto Português do Desporto e Juventude, Dra. Celeste Moura; o representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público, Prof. José Moreira; o representante da Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas de Tábua; a representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social,

Educ. Isabel Neves; o representante das Forças de Segurança, Sargento Paulo Ferreira e o representante do Conselho Municipal da Juventude. -----.

----- **ORDEM DO DIA:** -----

----- Ponto 1 – Informações; -----

----- Ponto 2 – Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; -----

----- Ponto 3 – Apresentação do projeto de “ Projeto Educativo Local; -----

----- A Dra. Ana Paula agradeceu a presença de todos e pediu uma breve apresentação dos presentes.-----

De imediato se procedeu à votação para aprovação da ata anterior, fazendo a Dra. Paula referência à impossibilidade de haver votação dos elementos que não estiveram presentes na reunião anterior, devido à alteração da lei.-----

Feita a votação da ata da reunião anterior sem leitura presencial, a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

----- De seguida, a Vice-presidente, Dra. Ana Paula começou por referir-se a conceitos como Municipalização da Educação e Descentralização em Educação e, nesse sentido, realçou a necessidade da existência de um documento aberto que espelhe as necessidades e a realidade educativa do concelho, evidenciando a necessidade de diálogo permanente entre os parceiros em Educação.-----

----- A representante da DGESTE, Dra. Susana Henriques, afirmou que a articulação entre os parceiros é fundamental para a elaboração de um Projeto Educativo Local e, foi também nesse sentido que a Dra. Paula passou a palavra aos presentes, afirmando que a base do Projeto Educativo Local terá de ser o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Tábua, doravante AET. -----

-----Tomou de seguida a palavra o Dr. Sidónio, Diretor do AET, manifestando que os Projetos Educativos Locais surgiram primeiramente de municípios com vários Agrupamentos e diferentes Projetos Educativos, que não espelhavam e efetiva realidade desses municípios; por outro lado, um Projeto Educativo Local deve ser conciliado com Plano Estratégico de Desenvolvimento Local do Município, aferindo claramente em que direção apontar. Será, por isso, um Plano Estratégico de longa duração de, pelo menos, 10 anos. O Projeto Educativo é por esse mesmo

motivo útil, por nunca estar acabado, mas por poder ser constantemente avaliado e reformulado. Sem um Plano Estratégico, continuou o Dr. Sidónio, O Projeto Educativo vai para onde? Por esse facto, é também necessário que o Projeto Educativo do AET seja identicamente dinâmico devido à necessidade de planeamento. -----

Um Projeto Educativo Local é também um importante instrumento para o PDM do município. Por seu turno, o Projeto Educativo do AET tenta ser um documento de trabalho para que a programação de atividades vá ao encontro desse mesmo Projeto Educativo. Assim, concluiu o Dr. Sidónio, deve ser um Projeto Educativo Local que tenha por base: 1) o Plano Estratégico, 2) o Projeto Educativo do AET e 3) o Projeto Educativo Local. Relativamente à questão sobre quem deve integrar a equipa para construção do Projeto Educativo, referiu o Dr. Sidónio, que deve ter alguém profissionalmente capaz, que conheça o meio escolar do concelho, mas também o próprio território do concelho. Por fim, alertou ainda que somos uma zona de muita emigração, que mudou o seu paradigma, pois agora quando os pais saem do país levam com eles os filhos e isso também se reflete no decréscimo do número de alunos, realçando que o Grupo Aquinos, afinal, não “trouxe” mais alunos para o AET. -----

----- A este propósito, a Educadora Ana Caldeira deu como exemplo o ocorrido na creche de Mouronho: apesar de lá estarem meninos de outros concelhos, quando passarem para o Ensino Pré-Escolar é vontade dos pais matricularem os filhos nos Jardins-de-infância das freguesias dos concelhos onde são residentes. -----

----- Referente ao incentivo à natalidade, interveio o representante dos Presidentes de Junta, Dr. Ângelo Oliveira, apresentando o tipo de incentivo que fez à natalidade na freguesia a que preside, criando um Regulamento. No que se refere

ao Plano Estratégico Municipal, concordou com a sua necessária existência, permitindo a sua avaliação e correção sempre que necessárias. -----

----- Tomou então a palavra a representante da DGESTE, Dra. Susana Henriques, afirmando que um Projeto Educativo Local deve ter mecanismos de regulação mas também de monitorização e avaliação. È, por isso, muito importante a existência de uma estreita relação entre os parceiros educativos locais. Talvez formar um grupo de trabalho e haver formação para este grupo fosse um bom início. -----

----- De seguida interveio a Dra. Ana Paula para recordar a iniciativa do Curso de Educação parental e do sucesso que teve e da surpresa e adesão que este ano está a ser. Referiu-se também, a título de exemplo, do Programa PIPSE de 1992, que funcionou muito bem, mas no fim nada continuou e a equipa desmembrou-se não dando continuidade ao programa. -----

----- Já na parte final da reunião o Dr. Sidónio fez menção de que o AET está a receber indicações para desligar a videovigilância e os alarmes, o que traz acrescidas preocupações acerca da segurança, ao que a Dra. Susana Henriques afirmou que essa questão já está a ser resolvida. -----

----- Voltou a tomar a palavra a Dra. Ana Paula, fazendo menção ao levantamento efectuado pela Dra. Cláudia Costa, no âmbito do seu estágio PEPAL em Ciências da Educação, relativo aos dados recolhidos do Pré – Escolar e 1º CEB, como primeira abordagem ao possível número de alunos que vão entrar para o Pré-Escolar e aos que vão transitar para o 1º CEB. Afirmou, ainda, que devíamos aproveitar o momento para formular ou pensar numa equipa de trabalho para o Projeto Educativo Local. -----

----- Voltou a tomar a palavra o Dr. Sidónio, para referir que a equipa não pode ser muito grande mas tem de ser específica. Para o efeito, vai auscultar o Conselho Pedagógico do AET. Adiantou ainda que, apesar de não termos um Projeto Educativo Local, temos trabalhado em rede. -----

----- A representante da DGESTE, Dra. Susana Henriques, manifestou também o apoio da entidade que representa, incluindo as necessidades de formação para os técnicos que incluem a equipa do Projeto Educativo Local. -----

----- Nada mais havendo a tratar deu-se por finda a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada por quem presidiu e secretariou. -----